

Jovens Agricultores

**"AGRICULTORES QUE
TRABALHAM A TERRA"**



4 DOSSIER

Agricultores que Trabalham a Terra

A Agricultura e a Cegueira do MADRP: Virar a Página

PRODER – Uma Nova Ambição para a Agricultura

O Ministro-Faz-de-Conta

O Ministro da Agricultura é o Pior dos Males da
Agricultura Portuguesa

**14 AGRO-FUTUROLOGIA – A TECNOLOGIA AO SERVIÇO
DA AGRICULTURA EM 2020**

Agricultura de Precisão

18 SER JOVEM AGRICULTOR

Na Suinicultura em Regime Extensivo

20 VALORIZAÇÃO DOS MODOS DE PRODUÇÃO

Produção Integrada – Pontos de Controlo e Critérios de
Cumprimento

22 EXAME DO MUNDO RURAL

Instalação de Jovens Agricultores –
Análise Sumária ao Primeiro Período de Candidaturas

24 ASSOCIATIVISMO

Primeiras Jornadas Técnicas 2009

Candidaturas 2009 – Ajudas SIGC

26 AJAP NA EUROPA

Comissão Europeia Publica Propostas de Internet de
Banda Larga em Zonas Rurais e “Novos Desafios”

27 LEGISLAÇÃO**28 GABINETES DE APOIO AO JOVEM AGRICULTOR****Ficha Técnica**

[JAN | FEV | MAR] 2009 N.º 77

Propriedade, Redacção e Edição
AJAP
Associação dos Jovens
Agricultores de Portugal
Rua D. Pedro V, 108 - 2º
1269-128 Lisboa
Telefone: 21 324 49 70
Fax: 21 343 14 90

Director
Firmino Cordeiro

Coordenação
Departamento de Comunicação

Redacção
Departamento Técnico

Secretariado
Olga Leitão

Departamento Comercial
Olga Sereno

Paginação
AJAP / Tryagono, publicidade unipessoal, Lda.

Impressão
Gazela, Artes Gráficas, Lda.

Depósito Legal
n.º 78606/94

Registo de Título
n.º 116714

Tiragem
10 000 exemplares

Periodicidade
Trimestral

E-mail
ajap@ajap.pt

URL
www.ajap.pt

Distribuição Gratuita





Solicitámos para este número da nossa revista aos partidos políticos e aos principais organismos do Ministério da Agricultura, as suas reflexões sobre o estado da agricultura nacional. Quero desde já agradecer a todos os que contribuíram e se disponibilizaram a partilhar as suas ideias no início de um ano que será marcado por diversos actos eleitorais.

No entendimento da AJAP competia aos actuais responsáveis pelos organismos do Ministério, refira-se IFAP, GPP e DGADR, após o convite que lhes dirigimos, deixarem o seu registo, destacando os pilares de actuação que permitirão uma maior convergência para a equidade entre os agricultores portugueses e os congéneres europeus, designadamente por via de uma efectiva execução das verbas destinadas ao sector agrícola nacional, o que, infelizmente, não aconteceu.

O ProDeR, dissemos e vamos continuar a dizer as vezes necessárias, começou muito tarde, e para além disso, muito mal. Nunca um programa comunitário teve tantos atrasos, e nunca um programa comunitário proposto para Portugal, sob proposta dos responsáveis do nosso País, criou medidas tão distantes da nossa realidade agrícola.

É necessário criar processos de elaboração e análise de candidaturas simples e eficientes para que os técnicos avalistas também tenham algum tempo disponível para se actualizarem face à realidade actual, através de consulta de estudos recentes sobre técnicas culturais, agricultura biológica, trabalhos de investigação, evolução dos factores de produção, mercados, e inclusive visitas físicas às explorações.

Para além desta questão dos Jovens Agricultores tão importante para o rejuvenescimento da agricultura, não nos podemos esquecer do reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura e a valorização das amenidades resultantes de uma actividade agrícola que proteja o ambiente, a biodiversidade e as paisagens rurais será fundamental para a viabilidade das regiões com elevada tendência para o abandono. E, mais uma vez, também estas questões não estão salvaguardas no actual ProDeR.


Firmino Cordeiro

AGRICULTORES QUE TRABALHAM A TERRA



Ilda Figueiredo
Deputada do PCP
no Parlamento Europeu

Os agricultores que trabalham a terra precisam de medidas urgentes que lhes garantam um rendimento digno, para que não abandonem a produção de bens alimentares e garantam segurança alimentar e qualidade dos alimentos.

É urgente uma ruptura com as políticas que destruíram modos de vida e de produção que garantiam a vida no mundo rural e o abastecimento das populações das zonas urbanas com produtos alimentares de qualidade.

Em nome da globalização e na defesa do “deus mercado”, trataram a agricultura como uma mercadoria qualquer, esquecendo que cada governo tem obrigação de assegurar condições de alimentação da população, ou seja, de garantir a segurança e soberania alimentares.

Em nome da liberalização do comércio mundial, os responsáveis da União

Europeia alteraram a PAC, em 2003, com a dissociação das ajudas à produção, contribuindo para o abandono da agricultura, agravando as injustiças anteriores, já que alguns recebem grandes apoios sem produzir, só por serem proprietários da terra, e outros, que trabalham e produzem, recebem muito pouco, quando recebem.

Nas propostas sobre o “estado de saúde da PAC”, insistiram nas mesmas orientações neoliberais dos últimos anos, para subordinar a agricultura às regras da Organização Mundial de Comércio, ignorando a crise alimentar recente, para a qual também contribuiu a especulação no comércio internacional de cereais e outros bens alimentares essenciais.

Ora, novas alterações da PAC deviam servir para garantir a segurança e soberania alimentares nos países da União Europeia, e não para dismantlar o que ainda resta de mecanismos de intervenção pública no mercado. Só que a Comissão e o Conselho querem prosseguir a liberalização das importações e dismantlar políticas públicas que ainda existem, transferindo-as para o regime de pagamento único (com as raras exceções das vacas em aleitamento, dos caprinos e ovinos), e diminuindo os valores. Nem o sistema de quotas de leite escapa, insistindo no seu dismantlamento até 2015. Correm-se sérios riscos em vários sectores, como no vinho, com a política de arranque e importação de vinho de países terceiros, enquanto escasseiam os apoios às adegas cooperativas, que são fundamentais para apoiar a agricultura familiar.

O Ministério da Agricultura português tem agravado toda a situação com uma política que mais parece virada para a destruição da agricultura familiar e o abandono de quem trabalha a terra. Esta política, que menospreza a agricultura e os pequenos e médios agricultores, que esquece a soberania e a segurança alimentares, põe em causa o direito a uma alimentação saudável. É preciso que a agricultura seja considerada um sector estratégico, não sujeito às regras de mercado e que não continue a ser usada como moeda de troca nas negociações da OMC.

"É urgente uma ruptura com as políticas que destruíram modos de vida e de produção que garantiam a vida no mundo rural e o abastecimento das populações das zonas urbanas com produtos alimentares de qualidade."

É preciso que quem trabalha a terra seja apoiado pelo autêntico trabalho de interesse público que desenvolve, por contribuir para assegurar a alimentação da população com produtos saudáveis e de qualidade, por manter o mundo rural humanizado, por garantir um desenvolvimento equilibrado, com respeito pelo ambiente, prevenindo incêndios florestais e a degradação dos solos.

É preciso que as ajudas sejam ligadas à produção de qualquer produto, que haja a garantia de um prémio mínimo de 1000 euros anuais aos pequenos agricultores, sem burocracias, e que

sejam reduzidas por escalões a partir de 10 mil euros, com limites máximos por agricultor.

É preciso que se retomem alguns apoios que já existiram, como o chamado subsídio ao gasóleo verde e à electricidade verde, que haja uma redução significativa das contribuições mensais para a segurança social, o reforço dos apoios públicos para as equipas dos sapadores florestais dos grupos e ZIF de baldios e apoios especiais ao endividamento de agricultores por causa da subida dos factores de produção.

Impõe-se também a defesa da prefe-

rência comunitária para bens essenciais como os cereais, o leite, a carne

"É preciso que quem trabalha a terra seja apoiado pelo autêntico trabalho de interesse público que desenvolve, por contribuir para assegurar a alimentação da população com produtos saudáveis e de qualidade, por manter o mundo rural humanizado, por garantir um desenvolvimento equilibrado, com respeito pelo ambiente, prevenindo incêndios florestais e a degradação dos solos."

bovina, o açúcar, o vinho, os legumes e a fruta, e a garantia do escoamento da sua produção, com criação de mercados de proximidade, impedindo que as grandes superfícies imponham as suas regras, e apoiando as cooperativas.

No Parlamento Europeu, tenho pugnado pela revisão, alteração e reprogramação do PRODER, de forma a ter em conta as justas solicitações dos agricultores portugueses e a realidade do País, tendo já questionado a Comissão Europeia sobre o assunto.



A AGRICULTURA E A CEGUEIRA DO MADRP: VIRAR A PÁGINA



Miguel Portas
Deputado do BE no Parlamento Europeu

A agricultura portuguesa confrontou a Comunidade Europeia, em 1986, com 24% de analfabetismo na agricultura (16% em 2005). A área agrícola, em zonas desfavorecidas, ascende até oitenta e sete por cento, e é a menos irrigada das agriculturas mediterrânicas. Mesmo assim, em 2005, contribuiu com 1,7% para o P.I.B. (1,3% na UE-25) e 2,7% do VAB da economia (1,8% na EU-25) (Dados GPA). Ao mesmo tempo, a taxa de cobertura das importações pelas exportações no sector agro-alimentar foi de apenas 35% em 2000-2002, a mais baixa da Europa do Sul e caso único entre estes países, deixando o país à mercê da explosão dos preços alimentares. Entre 1989 e 1998, cada português contribuiu para o orçamento da PAC com 260 euros líquidos¹ (dados da Comissão Europeia). Até 2002, manteve-se, pelo menos, o generoso contributo da agricultura mais pobre da Europa

para uma agricultura em grande medida próspera, poluente e excedentária. A conclusão é conhecida: a agricultura portuguesa foi abandonada dentro e fora. E, isto, apesar do seu peso na economia, da reduzida autonomia alimentar e do fraco rendimento dos portugueses que trabalham a terra.

De facto, além da forte limitação da produção (que comprometeu mesmo muitos dos investimentos feitos – o Alqueva), os preços agrícolas, a preços constantes, quase estagnaram, em volume, e o rendimento empresarial líquido real decresceu em média 2,5% nos últimos 25 anos (1980-84 e 2002-2006, INE).

Não espanta pois que Francisco Avillez tenha previsto, já em 2001, que o fim dos subsídios levaria, em Portugal, ao desaparecimento de 80% a 85% da superfície agrícola.

"a agricultura está sem qualquer investimento público há 4 anos (excepto o vinho)"

As novas funções da agricultura e o nosso atraso levariam pois à necessidade da aplicação de medidas urgentes, consistentes e tendendo a aproveitar e maximizar os recursos oriundos da U.E. Não há tempo a perder e a contagem decrescente para o fim das quotas do leite, por exemplo (o qual atravessa uma forte baixa de preço) já começou. Mas o que está a acontecer é o contrário!...

O prémio de instalação aos jovens

agricultores ficou suspenso no final de 2005, até Janeiro de 2009. Em 2005, o Ministro suspendeu o pagamento das medidas agro-ambientais, deixando milhares de agricultores e produtores, incluindo os de raças autóctones e de variedades tradicionais, sem ajudas, apesar dos discursos sobre tradições e sinergias turísticas, biodiversidade agrícola e apostas na qualidade. Ou seja, a agricultura está sem qualquer investimento público há 4 anos (excepto o vinho). Mas os agricultores também estão sem acessos ao crédito e ninguém parece lembrar-se da sua crise financeira...

"O prémio de instalação aos jovens agricultores ficou suspenso no final de 2005, até Janeiro de 2009."

Há quem diga que as transformações da agricultura portuguesa obedecem a uma lógica natural de modernização. A realidade é que a agricultura tem seguido uma tendência de inércia e abandono que mascara algumas estatísticas de "gente grande". Mesmo em relação à superfície cultivada, enquanto a Espanha, com um perfil muito semelhante, tinha aumentado a SAU em 4,5% já em 1999 (desde 1990), nós diminuímos 4,6%. (Eurostat).

Se atendermos ao incremento das áreas aridas associado ao abandono demográfico, ao problema da desertificação geo-hidrológica e ecológica, ao desequilíbrio no ordenamento do território e à importância dos recursos florestais na economia, "o abandono agrícola é claramente um problema de defe-



sa e segurança nacional" (Maria João Pastor Fernandes, GPA do MADRP, 2005). Se analisarmos os números dos incêndios, por ex., e considerando as respectivas áreas florestais, a floresta portuguesa arde com 16 vezes mais probabilidade que no resto da Europa! (Cálculos com dados do Relatório do Estado do Ambiente).

A questão é: como se quer captar os jovens para a actividade e valorizar a agricultura se os deixamos 4 anos à espera de apoios financeiros e técnicos para se instalarem?

Jaime Silva tem sido elogiado por emagrecer um Ministério considerado demasiado grande; diz-se que o MADRP poderia mesmo vir a dar lucro, (ao canalizar alguns subsídios para serviços que lhe competiriam, caso não tivesse que devolver o dinheiro não gasto a Bruxelas).

"como se quer captar os jovens para a actividade e valorizar a agricultura se os deixamos 4 anos à espera de apoios financeiros e técnicos para se instalarem?"

Aparentemente ficaram por gastar dezenas ou mesmo centenas de milhões de euros. Em Janeiro de 2009 não há ainda possivelmente um único projecto PRODER fechado. Grande parte das 18 medidas continuam por regulamentar. E muitas candidaturas são atrasadas ou suspensas (Modernização e Capacitação de Empresas, recentemente). Veremos o caso dos jovens agricultores com atenção...

Mas não podem ficar fundos por aplicar onde são necessários. Urge que Portugal aproveite aquela que pode

ser a última oportunidade de resolver alguns problemas estruturais da agricultura, com os consequentes benefícios económicos, sociais, territoriais, ambientais e culturais, que são inestimáveis e irrecuperáveis.

Portugal, e também a UE, precisam dum mundo rural vivo, com agricultores dinâmicos e valorizados, a produzirem alimentos de qualidade num ambiente sustentável, e que contribuam para o desenvolvimento de comunidades diversificadas. É por isso que temos que usar os instrumentos que estão ao nosso alcance, geridos por um Ministério capaz de responder ao momento e olhar para a agricultura e para os agricultores com respeito.

¹ Jornal Oficial de 27.03.2004

PRODER – UMA NOVA AMBIÇÃO PARA A AGRICULTURA



Miguel Ginestal
Presidente da Sub-Comissão
de Agricultura, Florestas,
Desenvolvimento Rural e
Pescas

Em resposta ao desafio que foi lançado ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista para falar sobre o ProDeR, começo por dar uma boa notícia aos Portugueses e em particular àqueles agricultores que continuam a acreditar que vale a pena apostar neste sector da nossa economia. Em 2008, segundo a primeira estimativa do Eurostat, o rendimento da actividade agrícola em Portugal cresceu 4,8%, em relação a 2007, enquanto na União Europeia registou-se, nesse mesmo período, uma quebra de 4,3%. Se quisermos ir mais além e perceber a que se deve esse aumento do rendimento dos agricultores portugueses, o Eurostat justifica-o pelo aumento das ajudas ao sector, um aumento cifrado em 12,8%.

Estes são os factos. São os primeiros resultados visíveis da estratégia para o desenvolvimento rural que o Governo preparou. Uma estratégia que tem o

foco na competitividade, a palavra-chave para a mudança de paradigma da agricultura portuguesa. Uma mudança demasiadas vezes adiada.

O ProDeR surge, assim, como o instrumento estratégico e financeiro de apoio a essa mudança profunda. Aprovado pela Comissão Europeia em 4 de Dezembro de 2007, o Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 dispõe de um envelope financeiro de 4,4 mil milhões de €uros de fundos públicos comunitários e nacionais para a modernização da nossa agricultura. Se lhe juntarmos a participação privada, ultrapassaremos os seis mil milhões de €uros de injeção de capital no sector agrícola. São, de facto, montantes expressivos do empenho deste Governo na revitalização do nosso tecido agrícola. Montantes que nunca antes estiveram disponíveis para a agricultura portuguesa.

O ProDeR está organizado em três ideias-força, que norteiam a sua execução:

- Competitividade, para produzir mais e melhor, nas fileiras onde somos tão bons ou melhores que os outros (Vinho; Horto-frutícolas; Olival; Floresta e produtos regionais, sem esquecer o leite e a pecuária);
- Sustentabilidade, pois os valores ambientais do mundo rural têm de ser preservados, no reconhecimento da importância da pequena agricultura, com uma aposta clara no apoio à sua diversificação, em actividades que permitam complementar os rendimentos baixos dos agricultores;
- Coesão Territorial e Social, com a duplicação das verbas das ajudas para as Indemnizações Compensatórias até 3

ha face ao quadro anterior e o reforço dos apoios à instalação de Jovens Agricultores, para um rejuvenescimento efectivo do tecido agrícola. Gostaria de frisar que, neste momento, o número de jovens agricultores que se candidataram ao ProDeR, só neste primeiro ano, é já superior ao conjunto dos sete anos do anterior Quadro Comunitário de Apoio. Números que são demonstrativos da esperança que existe na alteração do paradigma da agricultura portuguesa.

"o número de jovens agricultores que se candidataram ao ProDeR, só neste primeiro ano, é já superior ao conjunto dos sete anos do anterior Quadro Comunitário de Apoio."

Diz-se que 2007 e 2008 foram anos perdidos para a agricultura portuguesa. Os números desmentem esta afirmação. Feitas as contas, foram pagos em 2008 à agricultura, florestas e pescas 1.499,9 milhões de €uros. Um montante que inclui 431 milhões de €uros do ProDeR – o tal programa que não tinha pago um cêntimo aos agricultores – e também 232,2 milhões de €uros referentes ao anterior QCA e ainda 18,1 milhões de €uros para as pescas.

A política de desenvolvimento rural, faz-se também com decisões descentralizadas, nas Direcções Regionais de Agricultura e Pescas e com a participação activa dos agentes locais na procura das soluções mais adequadas

à realidade concreta de cada território. É nessa perspectiva que já estão contratualizadas, com os Grupos de Acção Local, as medidas para apoiar a diversificação da economia para actividades não agrícolas e aumentar o emprego nas zonas rurais, numa nova abordagem ao LEADER. Uma intervenção que irá ser desenvolvida de acordo com as estratégias de desenvolvimento local, elaboradas pelos agentes locais.

Acreditamos na capacidade dos agricultores portugueses para responderem de forma afirmativa à mudança, ao desafio da modernização da nossa agricultura, ao desafio da competitividade dos territórios rurais. Um desafio em que contamos com todos os agricultores (pequenos e grandes) para dar um contributo válido e duradouro para a coesão territorial do nosso mundo rural.

Não posso terminar sem deixar uma nota relativamente à questão colocada pela AJAP sobre a recente substituição dos dirigentes máximos dos principais organismos do MADRP. É do conhecimento público que o MADRP sofreu uma profunda reestruturação orgânica. O objectivo central desta reforma é aproximar os serviços dos agricultores - Menos Terreiro do Paço e mais país agrícola.

Esta não é uma reforma a pensar na mudança de cadeiras. Esta é uma reforma a pensar na modernização do sector, de olhos postos no futuro da agricultura portuguesa, no futuro dos agricultores portugueses!



O MINISTRO FAZ-DE-CONTA



Ricardo Martins
Deputado do PSD
Assembleia da República

Na Mensagem de Ano Novo, o Presidente da República chamou a atenção para os momentos difíceis que vivem os agricultores lembrando a situação de desvantagem em que se encontram face aos agricultores europeus “por não beneficiarem da totalidade dos apoios disponibilizados pela União Europeia”.

A avaliação do Presidente, para além de revelar uma enorme lucidez e conhecimento da situação em que se encontra a agricultura portuguesa e dos problemas que afectam os nossos agricultores, pretendeu funcionar ainda como um alerta à governação para que esta arripie caminho e adote uma política agrícola nacional que responda aos problemas e às especificidades da nossa agricultura.

Ora o Governo, pela voz do Ministro da Agricultura, respondeu com a soberba do costume: nunca o sector recebeu tanto dinheiro como agora;

nunca os agricultores portugueses tiveram em Bruxelas um Ministro que melhor os defendesse e quem pensa de forma diferente dele ou está de má fé ou desconhece a realidade.

E se alguma dúvida ainda pairasse na mente de algum cidadão mais incauto quanto à adesão à realidade por parte deste Ministro, este fez questão de a dissipar ao afirmar, no final do debate de urgência sobre agricultura do passado dia 30 de Janeiro, que a “crise ainda não chegou à agricultura” e, em sua opinião, pode nem chegar.

Quem tem o desplante de fazer uma afirmação destas demonstra um desconhecimento e um desfasamento absoluto da realidade. Vive no mundo do faz-de-conta.

A realidade é uma e, infelizmente, apenas uma: os últimos quatro anos de tutela política do sector foram desastrosos e a agricultura portuguesa está hoje pior do que estava em 2004.

E isso deve-se, em grande medida, a uma política errada e a uma gestão incompetente deste Ministro. Um Ministro campeão do desaproveitamento dos fundos comunitários.

Lembro apenas dois exemplos:

No âmbito do Regime do Pagamento Único, Portugal não utilizou, desde 2005, cerca de 50 milhões de euros por ano;

No âmbito do QCA III, Portugal devolveu, em 2006 e 2007, cerca de 72 milhões de euros do FEOGA Orientação;

Mas a “prova dos nove” da incompetência e desgoverno deste Ministro está na forma como tem vindo a gerir o ProDeR.





"A avaliação do Presidente, para além de revelar uma enorme lucidez e conhecimento da situação em que se encontra a agricultura portuguesa e dos problemas que afectam os nossos agricultores, pretendeu funcionar ainda como um alerta à governação para que esta arripie caminho e adopte uma política agrícola nacional que responda aos problemas e às especificidades da nossa agricultura."

Começou por se atrasar na sua apresentação a Bruxelas, depois registou uma lentidão exasperante na regulamentação das medidas e acções (passados dois anos ainda há medidas por regulamentar) e por último, não dotou o Ministério de orçamento suficiente para garantir a necessária contrapartida nacional dos fundos comunitários.

O resultado não podia ser pior. Os dois últimos anos foram anos verdadeiramente perdidos para a agricultura nacional e os cerca de 850 milhões de euros de ajudas comunitárias, que podiam e deviam estar a animar a agricultura e a economia, continuam a ganhar pó em Bruxelas.

E como se estes atrasos não fossem já de si graves e preocupantes, eis que o Ministro da Agricultura ainda se lembra de substituir todos os altos dirigentes do Ministério, do GPP à DGADR passando pelo IFAP. E com isso conseguiu introduzir mais ruído e entropia no processo de avaliação e decisão das candidaturas ao ProDeR.

Se esta dança de cadeiras é o reconhecimento do falhanço da gestão técnica

do ProDeR, ela é também a prova do desleixo político deste Ministro.

Mas em todas estas situações há um denominador comum, a incompetência de um Ministro que há muito deixou de fazer parte da solução para ser, ele próprio, o principal problema da agricultura portuguesa.

A sua inaptidão é responsável por quatro anos perdidos para a agricultura portuguesa. Em quatro anos nenhum agricultor português beneficiou de apoios a projectos de investimento; não houve apoio à instalação de jovens agricultores; agravou-se o rendimento dos agricultores e foram muitas as explorações que fecharam as suas portas.

Tivesse este investimento sido feito e as nossas explorações estariam hoje melhor preparadas e equipadas e com isso, seguramente, melhor capacitadas para enfrentar a crise.

Infelizmente o Ministro da Agricultura nunca esteve à altura deste desafio.

Foi sempre um Ministro que se prendeu com o acessório e esqueceu o essencial; que aos problemas respondeu com arrogância; que às críticas respondeu com sobrançeria; que aos Agricultores replicou com indiferença; que às Organizações de Agricultores retorquiu com ameaças e que aos Partidos da Oposição respondeu com inverdades.

Por tudo isto e pelo muito que ficou por dizer é caso para afirmar que em Portugal temos um Ministro da Agricultura de faz-de-conta: faz-de-conta que se preocupa com os agricultores e faz-de-conta que se interessa com o futuro da agricultura portuguesa.

O MINISTRO DA AGRICULTURA É O PIOR DOS MALES DA AGRICULTURA PORTUGUESA



Abel Baptista
Deputado do CDS-PP
Assembleia da República

Aquando da apresentação do Plano de Desenvolvimento Rural – PDR 2007-2013, alertei para o seguinte:

- O PDR incide, no continente, em cerca de 85% do território;
- O investimento total previsto de 6,566 M€, com contribuição FEADER de 3,468 M€;
- O PDR não desenvolverá sustentadamente o território rural;
- São esquecidos sectores com potencialidades que deveriam merecer atenção;
- Do que ficou, praticamente de fora, notei a pecuária extensiva, o sector da carne e do leite, sectores com impacto muito positivo no desenvolvimento rural e com potencial competitivo e a produção cerealífera.

O país precisa de reduzir a factura energética, mas no PDR não se encontram medidas de apoio ao desenvolvimento e incremento dos biocombustíveis. Como se explica que o apoio a investimentos de pequena dimensão seja dado através de “linha simplificada de

micro crédito”, como consta do PDR? O MADRP entende que os pequenos agricultores estão ricos e podem fazer investimentos sem apoios?

Ou este tipo de apoio que é para dar “vantagens recíprocas a todos os intervenientes” é para financiar a banca? O desenvolvimento rural passa pelo financiamento dos bancos? Aos menos endinheirados fica reservado o crédito. Aqui se nota a justiça social deste Governo para os mais pobres do mundo rural. Foi ou não este Governo que inviabilizou as candidaturas aos agricultores que tenham menos de 1 hectare?

O PDR identifica como ponto fraco o alto nível etário dos agricultores, no entanto destina à instalação de jovens agricultores apenas 106 M€, isto é, a aposta nos jovens agricultores, necessários ao desenvolvimento da agricultura portuguesa e consequente desenvolvimento rural, vale 1,6% do PDR.

Grave no PDR é a verba atribuída ao financiamento de obras públicas. Em abstracto o Estado beneficiará de mais de 1,238 M€. O Governo prepara-se para gastar quase 20% do PDR para se financiar. Será caso para dizer: “quem parte e reparte e não fica com a melhor parte...”.

Um dos maus exemplos de “cativação” de verba para a administração pública é o financiamento do Alqueva.

De todo o investimento nacional em regadio, 68,9% será gasto no Alqueva, mais de 533 M€. Obra a realizar por uma empresa do Estado.

Que fique claro que, nem eu, nem o CDS/PP, nos opomos à realização do regadio do Alqueva, temos é dúvidas que essa obra se destine a infra-estruturas agrícolas, e, por isso, não deveriam ser verbas da agricultura a financiá-la. Acresce que por todo o país há obras

de regadio fundamentais para o desenvolvimento de fileiras, referidas no próprio PDR, como seja a da fruticultura, e para os quais não vai haver ajudas.

A floresta não pode, nem deve, ser tratada num único bloco. A exploração de pinheiro bravo ou de eucalipto nada tem a ver com a fileira da cortiça, por exemplo. Estas realidades deveriam ser tratadas em separado. Assim se valorizariam e se criariam verdadeiras fileiras.

Na nossa opinião o desenvolvimento rural passa pelo envolvimento e dinamização dos protagonistas locais – associações de desenvolvimento local, autarquias e associações de agricultores e produtores.

O que notamos é que o PDR marginaliza, quase por completo, as autarquias locais e os outros actores locais de desenvolvimento. Não se incentiva a criação de parcerias com vista ao desenvolvimento rural.

Da minha parte entendo ser muito pouco ter-se “atirado” para este documento o programa LEADER, colocando-o, pomposamente, como um dos eixos do PDR.

Porque é que o Governo não assume que as autarquias, as associações de desenvolvimento regional e as associações de agricultores (OP’s ou Cooperativas) são os principais parceiros do desenvolvimento rural? Só podemos entender que neste caso a veia centralista deste Governo, para tudo controlar e dirigir, tenha falado mais alto.

O PDR deveria ser um instrumento de orientação mas é só um mau documento reactivo. Não existe referência a novos produtos, nem a novos mercados.

Que ênfase se dá ao papel da indústria enquanto motor do sector agro-silvícola? Nenhum ou quase!

O MADRP ao apresentar o PDR referiu que a agricultura portuguesa, além de competitiva terá de ser ambientalmente sustentável.

Para que isto possa ser feito, que valor se propõe o Estado colaborar? No PDR apenas está reservada uma verba de cerca de 200 M€ - 3% do total do orçamento. O que não é suficiente para dar o devido apoio a tão ambiciosa meta.

Por isso é que as medidas agro-ambientais tiveram tão reduzida adesão, tendo ficado muito aquém do que se esperava.

O PDR não valoriza a paisagem transformada pela actividade agrícola e pela sua multifuncionalidade.

Se faz sentido, em alguns casos, tratar individualmente algumas fileiras, situações há que, devido à sua especificidade (dimensão reduzida da propriedade, solos pobres e de montanha, etc.), deveriam ser tratadas como actividades que coexistem e assim devem ser apoiadas.

O PDR mereceu reparos da União Europeia, não obteve consenso da sociedade portuguesa, nem das organizações de agricultores, bem demonstrada na forma como se manifestaram no dia da sua apresentação, nem do Parlamento e por isso dos partidos políticos, não pode ser um bom plano.

O PDR deveria apontar metas qualitativas e quantitativas até 2013, ao nível do número de empregos a criar no mundo rural, ao nível dos índices de desenvolvimento que se proponham para cada região, o tipo e quantidade de produtos que se iriam produzir. Ao não apresentar metas torna-se pouco ambicioso.

O PDR deveria criar uma política agrícola nacional, definir o planeamento efectivo do mundo rural, no entanto nada é referido.

A revisão da Reserva Agrícola Nacional e da Reserva Ecológica Nacional devia ser abordada, mas o documento não faz qualquer referência e orçamentação sobre esta matéria.

Que tipo de incentivo fiscal dá o Governo às actividades com relevância ambiental e de desenvolvimento rural? Não seria essa uma medida eficaz para o desenvolvimento do mundo rural, não seria essa uma forma de discriminar positivamente estas regiões e aliviar de pressão as zonas urbanas?

O PDR é muito pouco adjectivo e substantivo no que diz respeito a outras actividades do mundo rural – a caça, a pesca, o turismo na natureza e o turismo em espaço rural.

São actividades complementares e deviam ser apoiadas, incentivadas e melhoradas para reforçar o rendimento das populações rurais e qualificar o espaço rural.

Muito do que disse na altura, infelizmente, hoje está demonstrado que tinha razão e que a situação se agravou com a aprovação do PRODER.

Na mensagem de Ano Novo o Presidente da República mencionou alguns **“grupos da nossa sociedade que são frequentemente esquecidos e que vivem tempos difíceis.”**

Nesses grupos o Presidente referiu, **“Os agricultores, aqueles que trabalham a terra, que enfrentam a subida do preço dos adubos, das rações e de outros factores de produção.”**

“Sentem-se penalizados face aos outros agricultores europeus por não beneficiarem da totalidade dos apoios disponibilizados pela União Europeia.”

“O mundo rural faz parte das raízes da nossa identidade colectiva. A sua preservação é fundamental para travar o despovoamento do interior e para garantir a coesão territorial do País.”

As afirmações do Presidente da República reflectem o sentimento dos agricultores e das suas organizações.

A agricultura portuguesa representa cerca de 20% das exportações e ocupa perto de 17% da população, 85% do território é ocupado pela agricultura ou floresta.

É por isso, hoje mais do que nunca, um importante sector económico e serve de almofada ao desemprego cada vez maior, serve para combater a nossa dependência alimentar e energética externa.

Um estudo, do Prof. Augusto Mateus, sobre a aplicação de fundos comunitários em Portugal, demonstra que os apoios comunitários têm servido para tornar “ainda mais desenvolvida” a região, já de si, mais desenvolvida (Lisboa e Vale do Tejo) e tornar cada vez maior o fosso entre as mais pobres e menos desenvolvidas.

Apesar disso verificamos que passados 2 anos (2007 e 2008) de aplicação do PRODER não há aprovação de projectos para a modernização da agricultura, não há instalação de jovens agricultores, as candidaturas às novas medidas agro-ambientais ficaram aquém do esperado e desejável, perderam-se mais de 850 M€ de fundos comunitários destinados a financiar a agricultura e a economia nacional e a melhorar o desenvolvimento rural, a competitividade agrícola e a combater a nossa dependência alimentar externa.

Por tudo isto direi que toda a actuação deste Governo na agricultura deveria sempre vir acompanhada do aviso:

“CUIDADO PORQUE PODE CAUSAR DANO À AGRICULTURA”

AGRICULTURA DE PRECISÃO



A revista “Jovens Agricultores” solicitou à INOVISA (www.inovisa.pt), incubadora de empresas e centro de transferência de tecnologia do Instituto Superior de Agronomia, que produzisse uma série de artigos enquadrados no tema da “inovação”. Como a palavra “inovação” tem sido, em nossa opinião, abusivamente utilizada, sendo nos dias que correm usada para definir quase tudo o que se faz ou se pretende fazer, decidimos dedicar esta série de artigos à “futuurologia” no sector agrícola. Note-se que o termo “futuurologia” deve ser entendido, aqui, como uma área interdisciplinar do conhecimento, em que se analisa informação, padrões e factores de mudança no passado com o objectivo de mapear futuros possíveis e desenvolver estratégias adequadas. O termo é sinónimo do que em português se chama muitas vezes de “prospectiva estratégica” (não tendo qualquer relação com a

astrologia ou os signos do zodíaco). Como “prospectiva estratégica” poderia soar a presunção num artigo com apenas duas páginas, optámos por “agro-futuurologia”. O objectivo é discutir, para algumas áreas do conhecimento ligadas à agricultura, qual será a evolução nos próximos anos. Este é o primeiro destes artigos, neste caso dedicado à Agricultura de Precisão.

Em Portugal a adopção da Agricultura de Precisão como uma técnica de gestão das parcelas agrícolas que considera a variabilidade espacial do sistema de produção tem sido muito variável em diferentes regiões e em diferentes sectores. A viticultura, como actividade intensiva, altamente mecanizada, com potencial para um elevado valor acrescentado do produto e dominada por empresas com alguma dimensão, oferece muitas vezes incentivo aos empresá-

rios para investimentos em equipamento, hardware, software e para o desenvolvimento do capital humano necessários à implementação do que tradicionalmente se chama de tecnologias de Agricultura de Precisão. A viticultura tem sido assim, e deverá continuar a ser, a actividade de vanguarda no que diz respeito à adopção destas tecnologias no nosso país.

Noutros sectores de actividade agrícola, porém, verifica-se que o nível de tecnologia utilizado em países como os EUA, a Austrália e mesmo no Norte da Europa, com recurso intensivo a sensores, sistemas de informação e equipamentos desenvolvidos para grandes áreas, não teve ainda a mesma implementação em Portugal, devido à particularidade das nossas condições. No entanto, se a pequena dimensão da propriedade e a falta de recursos para investimentos

em sistemas automáticos apropriados a grandes explorações limitaram a generalização da adopção de tecnologias como as aplicações de taxa variável, não impediram muitos produtores de utilizar diversas fontes de informação espacial e temporal para tomarem decisões de gestão localizadas. As ceifeiras debulhadoras equipadas com GPS e sensores de produtividade são, no caso dos cereais, outro exemplo em que tem havido uma adopção alargada destas tecnologias. Esta atitude enquadra-se perfeitamente numa definição de Agricultura de Precisão mais abrangente, em que o principal objectivo é a redução da incerteza através de uma melhor compreensão e gestão da variabilidade não controlada dos sistemas de produção.

Embora se preveja um aumento do número de agricultores que em Portugal adoptarão tecnologias de Agri-

cultura de Precisão, acreditamos que só alguns estarão em posição de utilizar a panóplia de fontes de informação (e tecnologia) actualmente disponível. A compilação de múltiplos tipos de dados a diferentes escalas para apoio à decisão requer muitas vezes conhecimentos avançados em muitas disciplinas e, na maior parte das vezes, em tecnologias de informação. A tendência será, no entanto, para que a maior parte dos prestadores de serviços agrícolas e consultores recorram a algumas destas tecnologias, nomeadamente para aquisição de dados georeferenciados, interpretação de informação proveniente de detecção remota, elaboração de recomendações de aplicações de taxa variável e adopção de boas práticas para a conservação dos recursos naturais.

As soluções futuras de Agricultura de Precisão passarão, assim, por incluir

sistemas em que a aquisição de dados, a tomada de decisão e a actuação poderão ser efectuadas em tempo real a escalas de gestão bastante finas. Neste sentido, assumindo que os modelos de suporte à decisão se tornarão robustos e suficientemente expeditos para permitirem decisões de gestão durante a campanha de produção, as tecnologias actuais mais promissoras para utilização futura generalizada parecem ser a detecção remota, as redes de sensores (Wi-Fi e WiMAX) e os sistemas de condução automática por GPS.

"a Agricultura de Precisão será cada vez mais uma realidade nas explorações agrícolas em Portugal. Se todos fizerem esta aposta - agricultores, prestadores de serviços / consultores e investigadores"



AGRICULTURA DE PRECISÃO (CONT.)

No futuro, é provável que a informação de sensores remotos montados no tractor ou proveniente de plataformas externas como as de satélite será recebida directamente na cabine através de redes wireless, ficando disponível imediatamente após a aquisição. O veículo poderá ser ele próprio autónomo, utilizando sistemas de condução automática por GPS, eventualmente operados utilizando uma rede Wi-Fi que cobrirá toda a exploração agrícola. Esta rede poderá incluir toda uma série de sensores e câmaras que recolherão informação sobre o solo e a cultura em tempo real, e informação logística respeitante ao armazenamento de produtos e à gestão de stocks. A utilização de banda larga nas comunicações dentro das parcelas (Wi-Fi / WiMAX) poderá ainda permitir a transferência de ficheiros de voz ou vídeo ou mesmo de comandos para todos os actuadores da rede da exploração agrícola. Desta forma, o produtores poderão, em qualquer ponto com acesso à internet, comandar uma ou várias alfaias a executar trabalhos nas parcelas, accionar sistemas de rega e drenagem, monitorizar leituras de sensores na estação meteorológica, no solo ou na cultura e ainda fazer encomendas on-line aos seus fornecedores com base nas imagens que recebem dos seus armazéns de produtos fitossanitários.

Neste momento, há ainda uma grande diferença entre o que a tecnologia pode fornecer e o que poderá de facto ser implementado ao nível das explorações agrícolas em segurança e de forma eficiente em ter-

mos de custos. As direcções futuras da Agricultura de Precisão estarão ainda muito dependentes de factores externos, como as condições do mercado mundial, as exigências dos consumidores e as políticas agrícolas (e neste último caso não existem ainda, infelizmente, quaisquer iniciativas com este objectivo, quer a nível legislativo quer a nível dos apoios concedidos no âmbito de políticas públicas).

Os principais desafios da Agricultura de Precisão serão pois a redução de custos da tecnologia, a formação dos agricultores e a continuação de obtenção de resultados de investigação que apontem para aumentos de produtividade e eficiência de utilização de factores de produção, principalmente em culturas de margens mais reduzidas, em que a adopção destas tecnologias será necessariamente mais difícil de justificar. De qualquer modo, a Agricultura de Precisão será cada vez mais uma realidade nas explorações agrícolas em Portugal. Se todos fizerem esta aposta – agricultores, prestadores de serviços / consultores e investigadores – e se houver um apoio público neste sentido (através dos programas de suporte ao investimento e à inovação), a adopção será necessariamente mais célere, com benefícios para quem disponibiliza a tecnologia e para quem a utiliza.



Eng.ª Sandra Pires
UAVision · Engenharia de
Sistemas, Lda.

Professor Luís Mira da Silva
INOVISA · Instituto Superior
de Agronomia

www.peb.pt

visite a Agro

2009

Feira Internacional de Agricultura, Pecuária e Alimentação

11 a 15 de Março

ufi
Approved
Event

EUROASCO
Member of EUROASCO
EUROASCO Member

APFC
Associação Portuguesa de
Fomento da Pecuária e da Criação

partner tecnológico
BRBOSTEL ZON

media partners
Jornal-Notícias

Vida rural

Frutas
Legumes
Flores

Horário:

Dias 11 e 12: 10h00 às 19h00

Dias 13 e 14: 10h00 às 23h00

Dia 15: 10h00 às 19h00



PARQUE DE EXPOSIÇÕES DE BRAGA

NA SUINICULTURA EM REGIME EXTENSIVO



JOVENS EMPREENDEDORES

Nome Hugo Miguel Cardoso Batista

Idade 34 anos

Estado Civil Casado

Habilitações Engenharia

Zootécnica

Ano de Instalação 2007

Nome Paulo Alexandre Espinha

Correia de Jesus Alves

Idade 34 anos

Estado Civil Solteiro

Habilitações Engenharia

Zootécnica

Ano de Instalação 2007

CARACTERIZAÇÃO GENÉRICA DA EXPLORAÇÃO

A Quinta da Castanheira é uma empresa que se dedica à criação e comercialização de leitões de Raça Bísara. É caracterizada por um modelo onde as porcas fazem toda a sua vida (gestação e lactação) num sistema ao ar livre.

Possui dois pólos distintos: Gestação e Maternidades.

O pólo de Gestação é um edifício totalmente em madeira em forma de círculo donde partem parques radialmente possibilitando assim que se façam bandas semanais.

O pólo das Maternidades é também um edifício em madeira em forma de U donde se situam as 50 materni-



dades. As maternidades são casotas feitas com placas térmicas onde as porcas têm as ninhadas e efectuem o respectivo período de lactação.

Situa-se no Concelho de Carrazeda de Ansiães na aldeia de Vilarinho da Castanheira

E-mail: quintacastanheira@gmail.com

SAU: 20 ha

Especialização Produtiva: Leitões de Raça Bísara

Efectivo 110 Porcas Reprodutoras e 5 Varrascos de Cobrição

Mão-de-obra Permanente:

2 empregados (os próprios)



ENTREVISTA

1 – Quais os motivos que os levaram a enveredar pela actividade agrícola. E pela área da suinicultura?

Gosto pessoal pela pecuária, em especial os suínos, a aposta naquilo que só “nós” temos (raças autóctones) e que caíram no nosso esquecimento. O gosto pela natureza o bem-estar do campo. A nossa formação em Zootecnia, e quem sabe nos confins do nosso subconsciente, o longínquo “Tv Rural”.

2 – Principais dificuldades sentidas antes da instalação, aquando da instalação e actuais?

As dificuldades foram imensas quer a nível institucional (mais propriamente a nível camarário) quer a nível local. A nível camarário a carga burocrática, o não cumprimento dos prazos, a falta de vontade, etc., etc., levou “apenas” 3 anos para se tratar de toda a documentação e respectiva aprovação. A nível local, de início, não foi muito bem aceite a ideia duma exploração de suínos na aldeia que se situa a 2km de distância, mas neste momento esse problema está ultrapassado.

3 – Em que medida a existência de um Quadro de Apoio à Instalação de Jovens Agricultores influenciou a vossa decisão de se tornarem Empresários Agrícolas?

Influenciou na medida que nos deu um apoio a nível monetário sem o qual dificilmente teríamos tido hipóteses de montar uma exploração desta dimensão.

4 – Perspectivas de introdução de alterações na exploração a médio e longo prazo?

A exploração neste momento carece de um armazém e de mais porcas reprodutoras, da instalação de silos e de algumas obras nas maternidades e parques de gestação.

5 – Procederam a estudos de mercado por forma a avaliar a capacidade de escoamento do(s) produto(s)?

Não efectuámos nenhum estudo de mercado específico pois este já tinha sido feito pela ANCSUB e como tal usámos esse em nosso proveito.

6 – Acompanham o desenvolvimento das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação numa perspectiva de procederem à sua introdução na exploração?

Sempre, pois as novas tecnologias são sempre uma ferramenta indispensável à evolução duma empresa.

7 – Quais foram as preocupações ambientais presentes aquando da elaboração do projecto de instalação e de que forma são actualmente integradas as questões ambientais na vossa exploração?

Tratando-se de uma exploração de porcos ao ar livre o impacto ambiental não é um factor de grande preocupação, desde que não se ultrapasse os limites máximos de encabeçamento por ha.

8 – Tendo por base a vossa experiência quais os factores de sucesso das primeiras instalações?

Nas primeiras instalações, os factores que levam ao sucesso, consistem em apostar em produtos de qualidade cer-

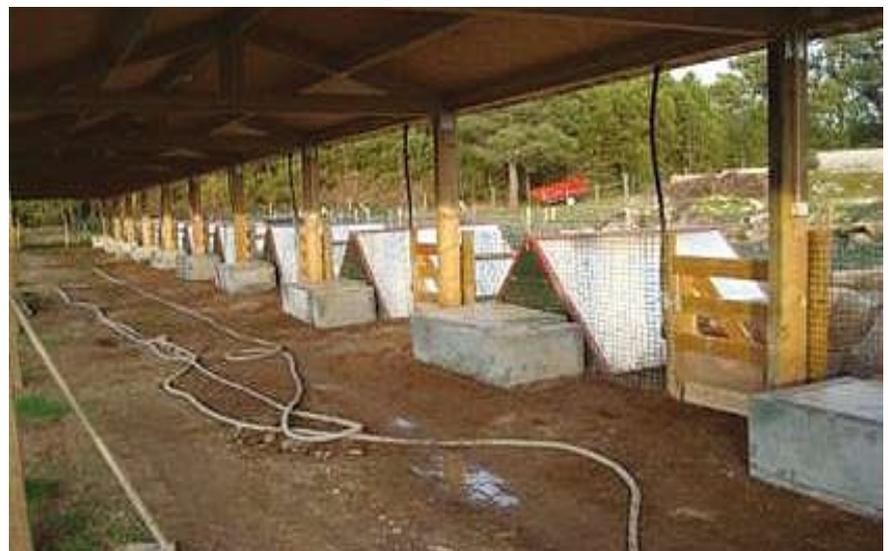
tificada para nichos de mercado, tentar sempre a inovação, aliado a isto é necessário uma enorme força de vontade e nunca baixar os braços. A partir daqui é trabalhar, pois trata-se do nosso futuro.

9 – Foram, recentemente, vencedores do prémio Inovação Agrícola na Galiza. De que forma veio esse prémio contribuir para o desenvolvimento da Exploração?

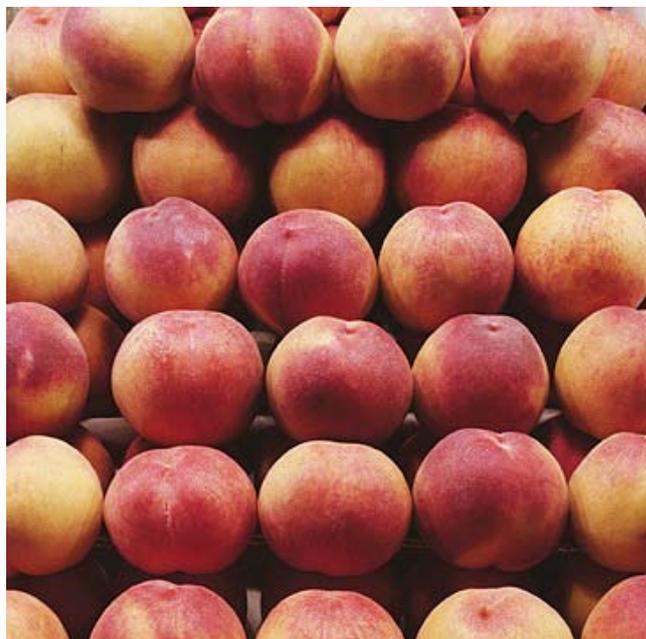
Apenas porque através da atribuição do prémio a comunicação social ajudou a chegarmos a mais clientes.



UMA PALAVRA DE DOIS JOVENS PARA OS JOVENS: Trabalho.



PRODUÇÃO INTEGRADA PONTOS DE CONTROLO E CRITÉRIOS DE CUMPRIMENTO



No âmbito das Medidas Agro-ambientais, a submissão da exploração ao Modo de Produção Integrada obriga ao cumprimento de uma série de requisitos que serão alvo de controlo pelos Organismos de Certificação (OC's) para a certificação da produção.

Assim, de acordo com a legislação em vigor, resumem-se os principais pontos de controlo e respectivos critérios de cumprimento que os agricultores aderentes a este modo de produção devem cumprir.

- Rastreabilidade

Visa garantir e determinar a proveniência de determinado produto. Para tal é necessário identificar todos os factores de produção adquiridos, data de aquisição, quantidades e origem, assim como identificar o destino das produções, quantidades e datas.

- Sistema de Registos

É obrigatório a existência de um caderno de campo onde são registadas todas as actividades agrícolas e operações culturais, tratamentos fitossanitários seguindo uma ordem cronológica dos acontecimentos.

- Práticas Culturais

Nas culturas anuais recomenda-se a realização de rotações e utilização de sementes/plantas certificadas garantindo a sua homogeneidade e estado sanitário. Utilizar técnicas de mobilização que minimizem os efeitos da erosão do solo.

Tendo em vista a elaboração do plano de fertilização devem ser realizadas análises de solo e foliares com a periodicidade exigida e conservados os boletins com os resultados.

- Uso de Fertilizantes

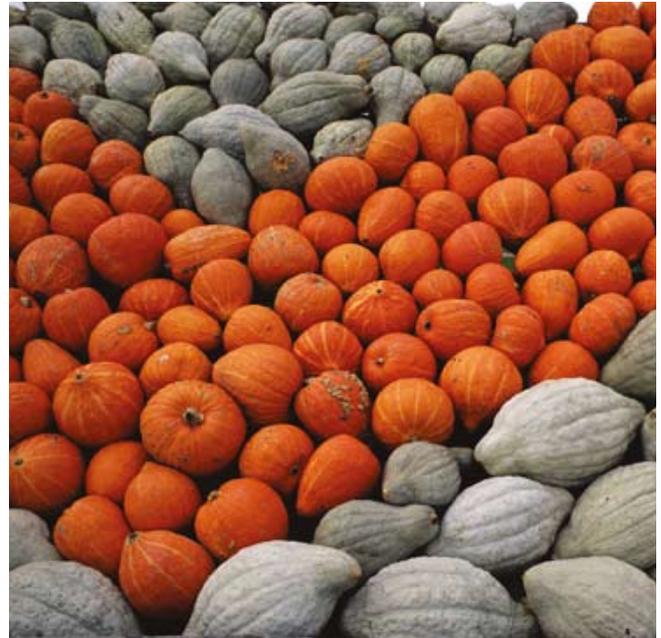
O armazenamento de fertilizantes deve ser feito em local coberto, seco, limpo e protegido do clima, de maneira a reduzir os riscos de derrame e contaminação de fontes de água e riscos de inundações.

Registar todas as aplicações de fertilizantes em função das parcelas, com referência ao nome comercial, tipo de fertilizante, datas e quantidades aplicadas.

- Protecção Fitossanitária – uso de produtos fitofarmacêuticos

Para a protecção fitossanitária é necessária a formação do operador de acordo com o DL nº 173/2005.

Na protecção das culturas devem ser privilegiadas os mé-



todos de luta biológica, biotécnica, física e cultural, sendo que a utilização de produtos fitofarmacêuticos deve ser adopção de último recurso. O exercício da Produção Integrada deve ter por base a estimativa do risco e a determinação do NEA (Nível Económico de Ataque) em que as intervenções químicas como meio de luta só devem ter lugar quando tenha sido atingida determinada intensidade de ataque de um inimigo, altura em que se devem aplicar medidas de combate para impedir que a cultura corra o risco de prejuízos superiores ao custo das medidas de luta a adoptar acrescidos dos efeitos indesejáveis que estas possam provocar.

Em Portugal só é permitido o recurso a produtos fitofarmacêuticos que estejam homologados e que simultaneamente estejam inscritos nas "listas de produtos fitofarmacêuticos aconselhados em Protecção Integrada das Culturas" elaboradas e publicadas pelo Ministério da Agricultura - DGADR. É obrigatório que o uso de produtos fitofarmacêuticos seja feito de acordo com as condições de utilização expressas no rótulo.

É obrigatório que no caderno de campo, os registos das aplicações de fitofármacos especifiquem a data exacta de aplicação, o nome da parcela, a cultura e variedade, o nome comercial do produto utilizado, a quantidade de produto e o volume de calda utilizado. No registo deve

incluir o nome das pragas a combater e o intervalo de segurança para a realização da colheita seguinte.

A utilização do EPI (Equipamento de Protecção Individual) deve ser uma prática seguida pelos operadores, que devem ainda ter atenção à calibração dos aparelhos.

Tal como no caso dos fertilizantes o armazenamento de produtos fitofarmacêuticos está sujeito a regras muito restritas, são exemplo o armazenamento em local seco, fresco e ventilado com piso impermeável, fechado à chave e de construção resistente ao fogo, separado de outros materiais e distante pelo menos 10 metros de cursos de água, valas de drenagem, poços furos e nascentes. Os produtos devem ser sempre mantidos nas embalagens de origem e em prateleiras, separando os de formulação em pó e grânulos dos líquidos, estando estes últimos nas prateleiras inferiores.

As embalagens vazias dos produtos fitofarmacêuticos não devem ser reutilizadas para qualquer fim, nem queimadas. Deve-se efectuar a tripla lavagem e armazená-las em local seguro até à entrega nos locais indicados para recolha e tratamento de embalagens (locais de recolha - Valorfito — Sistema Integrado de Gestão de Embalagens e Resíduos em Agricultura).

Artigo elaborado tendo por base o documento da SATIVA — "Pontos de Controlo e Critérios de Cumprimento"

INSTALAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES - ANÁLISE SUMÁRIA AO PRIMEIRO PERÍODO DE CANDIDATURAS

O apoio à instalação inicial do Jovem Agricultor assenta num plano empresarial de desenvolvimento e adaptação da exploração, capaz de gerar impactes positivos nos sectores e na região onde se insere.

A instalação, bem sucedida, de Jovens Agricultores deverá contribuir para a melhoria geral da actividade, induzir maior dinamismo empresarial baseado em novas competências, melhor adaptabilidade com melhorias na gestão, níveis de produtividade mais elevados e, conseqüentemente, incrementar a competitividade.

A análise dos Pedidos de Apoio (PA) pelas DRAP's ultrapassou o prazo máximo de 40 dias úteis a contar do termo do primeiro período conforme consta na Portaria n.º 357-A/2008 de 9 de Maio.

As constantes alterações ao programa de candidatura, as diversas dúvidas colocadas e que não foram devidamente esclarecidas, o prazo bastante restrito para a elaboração dos planos empresariais originou em nosso entender alguns erros técnicos quer no preenchimento do formulário quer na parte descritiva.

Algumas das desconformidades detectadas no primeiro período de candidatura serão certamente suprimidas num futuro próximo.

Verificou-se como era de esperar falta de adaptação à nova metodologia de submissão de candidaturas em suporte electrónico, quer pela complexidade do programa quer pelo prazo restrito para o primeiro período de candidatura desde a publicação da legislação e da disponibilidade do programa de candidatura.

Dos pedidos de apoio apresentados existiram projectos inovadores, mas a sua grande maioria são planos que assentam na continuidade das explorações agrícolas tradicionais de cada região.

Como é do conhecimento geral constatou-se uma elevada taxa de reprovação dos PA's do primeiro período de candidatura. Todavia, da recente publicação no sítio da Internet do ProDeR da listagem dos PA's de Jovens Agricultores com contrato celebrado, é de realçar cerca de 60% foram elaborados pelo corpo técnico da AJAP.

Em todas as candidaturas apresentadas pela AJAP teve-se como princípio definir para o primeiro ano (2008), a média da produtividade dos últimos três anos, e em função dos compromissos que o beneficiário pretende assumir ao longo do plano empresarial, das técnicas a implementar, da localização, idade, vigor e equilíbrio vegetativo, tipo de solo, da adesão às medidas Agro-Ambientais nomeadamente ao Modo de Produção Biológico (MPB) ou ao Modo de Produção Integrado (PRODI), da assistência técnica pretendida, fixaram-se objectivos de produtividade facilmente atingíveis durante os cinco anos do plano.

Nos PA's recebidos com intenção de decisão de indeferimento, os fundamentos de incumprimento invocados na maior parte dos casos não são coerentes entre si nem com os PA's que mereceram parecer favorável.

Um dos motivos de audiência prévia foi o facto da componente de subsídios apresentar um valor muito significativo nos proveitos da exploração. O valor dos subsídios mencionados nas candidaturas estão devidamente fundamentados nos pedidos de apoio nas páginas da rentabilidade da exploração e apenas se referem aos subsídios que a exploração se pode candidatar. O valor dos subsídios corresponde à multiplicação das áreas de cada actividade vegetal/effectivo animal pelos montantes unitários que se encontram tabelados nas respectivas portarias.

Também foram referidos nos fundamentos de incumprimento o facto de a área candidata de uma parcela ser inferior à área total do parcelário. Se existe uma parcela na qual apenas parte está ocupada com uma cultura e sendo facilmente visível nas saídas gráficas (P3), não é compreensível que seja motivo de recusa do pedido de apoio.





Em alguns PA's foi referido nos fundamentos de incumprimento que o parcelário X não existe. Quando é referido que o parcelário não existe é porque por lapso houve troca de um algarismo ao digitar. Segundo informação das DRAP's a única solução possível é apresentar nova candidatura. Quando estamos a trabalhar via internet seria muito fácil rectificar o erro e reenviar a candidatura.

Várias audiências prévias referem que o promotor não justifica do ponto de vista técnico os aumentos de produção apontados no plano empresarial. Relativamente aos aumentos de produção no olival quer no MPB quer na PRODI, estão devidamente justificados em nosso entender na análise swot e nas informações complementares apresentadas. Os principais fundamentos para o aumento das produções propostas ao longo do plano empresarial baseiam-se em técnicas que estão referidas na análise swot nos domínios da ÁGUA e SOLO.

Foram dadas orientações para aceitar aumentos de produção apenas até cerca de 25% da produtividade

proposta para o primeiro ano. Esta decisão em nosso entender não deve ser aplicada de forma generalizada a todos os PA's, pois os compromissos que cada jovem pretende assumir, as condições edafo-climáticas de cada parcela e as técnicas culturais existentes é que irão determinar o incremento produtivo até ao ano cruzeiro. Se o ponto de partida (produção do ano 1) for relativamente baixo e existirem condições técnicas e ambientais, os aumentos de produção em percentagem serão muito elevados, podendo atingir os 400% como demonstram alguns estudos efectuados. Se a produção no ano inicial já se aproximar das médias regionais então o incremento produtivo será relativamente baixo, mas pode atingir cerca de 30%.

Se as orientações foram os 25%, então temos PA's com intenção de indeferimento que vão desde os 11% aos 60% e PA's com parecer favorável desde os 5 aos 50%.

O aumento de produção proposto é o assumir de compromissos ao longo do plano empresarial da boa gestão



das culturas vegetais da exploração e o ser capaz de gerar impactos positivos no sector e na região onde se insere.

Apesar do quadro traçado dos resultados do primeiro período de recepção de candidaturas à Acção destinada a promover a entrada de jovens no sector, a AJAP acredita que é ainda possível uma contribuição efectiva para o rejuvenescimento do tecido empresarial agrícola.

PRIMEIRAS JORNADAS TÉCNICAS 2009



Decorrido praticamente um ano desde as Jornadas que produziram o impulso gerador da nova dinâmica da AJAP, decorreu em Viseu, nos dias 9 e 10 de Janeiro as primeiras Jornadas de 2009 que reuniram todos os técnicos da Associação.

O encontro teve como objectivos definir uma estratégia para 2009, assim como efectuar um balanço do trabalho da AJAP em 2008, com particular destaque para o último semestre incidindo especialmente nos Projectos de Instalação de Jovens Agricultores.

Os trabalhos foram divididos em painéis de discussão destacando-se a Recepção de Candidaturas às Ajudas ao Rendimento e Desenvolvimento Rural (Medidas Agro-Ambientais e Indemnizações Compensatórias) da campanha 2009-2010; concepção de Projectos no âmbito das Acções 1.1.1. - Modernização e Capacitação das Empresas e 1.1.3 - Instalação de Jovens Agricultores; bem como a Formação Profissional, sendo que o actual quadro das Medidas Agro-

Ambientais constituiu outro tema em discussão e, evidentemente, de preocupação, face ao baixo grau de adesão dos agricultores constatado nos períodos de recepção 2007 e 2008.

Com um cenário de “postal” as Jornadas proporcionaram um espaço de “debate e reflexão sobre a actividade da AJAP e sobre o desempenho individual de cada elemento”. O contacto pessoal e a troca de informação entre técnicos foram também aspectos privilegiados que enriqueceram os dois dias de trabalhos.

A participação massiva dos técnicos

realça a importância da realização das Jornadas como fonte de aquisição de conhecimentos e de definição de estratégias concertadas entre os diversos departamentos da AJAP.

A Agricultura necessita que, cada vez mais, os técnicos disponham de informação e competências que proporcionem um melhor desempenho profissional. A AJAP considera que estas Jornadas Técnicas lançaram a base para a optimização dos serviços prestados pela AJAP aos agricultores em 2009, contribuindo deste modo para um acréscimo da competitividade da agricultura nacional.



CANDIDATURAS 2009 - AJUDAS SIGC

De acordo com o Despacho normativo n.º 4/2009, encontra-se a decorrer desde o dia 16 de Fevereiro, o período de candidaturas que inclui os seguintes regimes de ajudas:

- Regime de pagamento único;
- Prémio específico à qualidade do trigo duro;
- Prémio às proteaginosas;
- Pagamento específico para o arroz;
- Ajuda às culturas energéticas;
- Pagamento por superfície para os frutos de casca rija;
- Ajuda ao tabaco;
- Pagamento específico para o algodão;
- Ajuda transitória ao tomate;
- Ajuda às sementes (certificadas);
- Ajuda às forragens secas;
- Prémio por vaca em aleitamento e prémio nacional suplementar;
- Prémio ao abate;
- Prémio por ovelha e por cabra e prémio complementar;
- POSEI — Medida n.º 1 «Apoio base aos agricultores madeirenses»;
- POSEI — Ajuda ao abate [Região Autónoma da Madeira (RAM)];
- Pedidos de apoio/pagamento relativos à manutenção da actividade agrícola em zonas desfavorecidas (PRODER);
- Pedido de pagamento relativo às Acções «Alteração de modos de produção agrícola» e «Protecção da biodiversidade doméstica» da Medida «Valorização dos modos de produção» (PRODER);
- Pedido de pagamento relativo às componentes agro-ambientais e silvo-ambientais da Medida «Intervenções territoriais integradas» (PRODER);
- Pedidos de apoio/pagamento relativos ao apoio específico aos agricultores em regiões desfavorecidas (do Programa de Desenvolvimento Rural da Madeira — PRODERAM);
- Pedidos de apoio/pagamento às medidas agro-ambientais (PRODERAM);
- Pedidos de pagamento relativos às confirmações dos compromissos às medidas agro-ambientais que se encontram ainda em vigor no âmbito da aplicação do Plano de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma da Madeira (PDRu/M).

A formalização do Pedido de Ajudas pode ser feito junto das Entidades Receptoras da AJAP, nas seguintes datas:

Ajudas	Datas de Candidatura
Pedidos que não incluam a candidatura ao prémio por ovelha e por cabra e ao prémio complementar	De 16 de Fevereiro a 15 de Maio de 2009
Pedidos que incluam a candidatura ao prémio por ovelha e por cabra e ao prémio complementar	De 16 de Fevereiro a 30 de Abril de 2009
Declaração de participação no prémio ao abate ou na ajuda ao abate	Até 30 de Setembro de 2009

Para mais informações e esclarecimentos, por favor, contacte a Sede da AJAP por telefone (21 324 49 70) ou por e-mail (ajap@ajap.pt).

VENDE-SE TERRENO

Concelho e freguesia de Azambuja – a 4 km da vila e a 15 minutos da portagem Aveiras de Cima • Área total 40.000 m² dos quais 1 ha plano e limpo, meia encosta outro ha limpo com autorização de construção de moradia (max 600 m²) • Restante área pinheiro manso e eucalipto • Acesso estrada principal • Ideal novas culturas.

Tlm.: 91 269 3658

COMISSÃO EUROPEIA PUBLICA PROPOSTAS DE INTERNET DE BANDA LARGA EM ZONAS RURAIS E “NOVOS DESAFIOS”



Como parte do Plano Europeu de Relançamento Económico, a UE propõe investir 5 000 milhões de euros em projectos no domínio das infra-estruturas energéticas e Internet de banda larga em zonas rurais.

A proposta concede 1 000 milhões de euros não aplicados dos fundos da PAC de 2009 para impulsionar a Internet de banda larga nas áreas rurais, que constituem zonas mais vulneráveis à desaceleração da economia e ao risco de exclusão. "Precisamos também de estimular a economia europeia fazendo chegar às comunidades rurais as

chamadas auto-estradas da informação", justificou Durão Barroso.

Como resposta, já este ano, aos "Novos Desafios" - medidas aprovadas no "Exame de Saúde" da PAC – ou seja, de acordo com as propostas publicados em Janeiro pela Comissão, para enfrentar as alterações climáticas, biodiversidade, gestão da água, energia renovável, e a reestruturação do sector leiteiro, serão canalizados 500 milhões de euros.

O pacote de medidas da Comissão propõe canalizar também 3 500 mi-

lhões de euros de fundos não aplicados para os novos projectos energéticos (1 750 milhões de euros para gás e electricidade; 500 milhões de euros para a energia eólica no mar, e 1 250 milhões de euros para a captura e fixação de carbono).

A proposta exige que todos os Estados-membros apresentem a revisão dos seus Programas de Desenvolvimento Rural até ao final de Junho de 2009 para que possam ser discutidos e aprovados formalmente pelo Comité de Gestão para Desenvolvimento Rural.

ProDeR

Portaria n.º 165-A/2009

D.R. n.º 31, Suplemento, Série I de 2009-02-13

Terceira alteração à Portaria n.º 289-A/2008, de 11 de Abril, que aprova o Regulamento de Aplicação da Acção n.º 1.1.1, «Modernização e Capacitação das Empresas», da Medida n.º 1.1, «Inovação e Desenvolvimento Empresarial», Integrada no Subprograma n.º 1, «Promoção da Competitividade», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, designado por PRODER

Portaria n.º 1553/2008

D.R. n.º 252, Série I de 2008-12-31

Rectifica a Portaria n.º 1229-C/2008, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, que altera a Portaria n.º 289-A/2008, de 11 de Abril, que aprova o Regulamento de Aplicação da Acção n.º 1.1.1, «Modernização e Capacitação das Empresas», da Medida n.º 1.1, «Inovação e Desenvolvimento Empresarial», Integrada no Subprograma n.º 1, «Promoção da Competitividade», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, designado por PRODER, publicada no suplemento ao Diário da República, 1.ª série, n.º 208, de 27 de Outubro de 2008

Portaria n.º 1479/2008

D.R. n.º 244, Série I de 2008-12-18

Altera a Portaria n.º 229-A/2008, de 6 de Março, que aprova o Regulamento de Aplicação da Medida «Manutenção da Actividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas»

Declaração de Rectificação n.º 74/2008

D.R. n.º 236, Série I de 2008-12-05

Rectifica a Portaria n.º 1137-D/2008, de 9 de Outubro, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, que aprova o Regulamento de Aplicação da Acção n.º 2.3.3, «Valorização Ambiental dos Espaços Florestais», da medida n.º 2.3, «Gestão do espaço florestal e agro-florestal», integrada no subprograma n.º 2, «Gestão sustentável do espaço rural», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente - PRODER, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 196, 1.º suplemento, de 9 de Outubro de 2008

Declaração de Rectificação n.º 73/2008

D.R. n.º 236, Série I de 2008-12-05

Rectifica a Portaria n.º 1137-C/2008, de 9 de Outubro, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, que aprova o Regulamento de Aplicação da Acção n.º 2.3.1, «Minimização de Riscos», da medida n.º 2.3, «Gestão do espaço florestal e agro-florestal», integrada no subprograma n.º 2, «Gestão sustentável do espaço rural», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente - PRODER, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 196, 1.º suplemento, de 9 de Outubro de 2008

Declaração de Rectificação n.º 72/2008

D.R. n.º 236, Série I de 2008-12-05

Rectifica a Portaria n.º 1137-B/2008, de 9 de Outubro, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, que aprova o Regulamento de Aplicação da Acção n.º 2.3.2, «Ordenamento e Recuperação de Povoamentos», da medida n.º 2.3, «Gestão de espaço florestal e agro-florestal», integrada no subprograma n.º 2, «Gestão sustentável do espaço rural», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente - PRODER, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 196, 1.º suplemento, de 9 de Outubro de 2008

DIVERSOS

Portaria n.º 13/2009. D.R. n.º 8, Série I de 2009-01-13

Fixa o valor da isenção do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP) para o biocombustível substituto do gasóleo e revoga a Portaria n.º 3-A/2007, de 2 de Janeiro

PECUÁRIA

Declaração de Rectificação n.º 1-A/2009. D.R. n.º 6, Suplemento, Série I de 2009-01-09

Rectifica o Decreto-Lei n.º 214/2008, de 10 de Novembro, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, que estabelece o regime do exercício da actividade pecuária, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 218, de 10 de Novembro de 2008

AJUDAS

Despacho normativo n.º 1/2009. D.R. n.º 4, Série II de 2009-01-07

Alteração ao despacho normativo n.º 26/2008, «Modulação voluntária dos pagamentos directos»

Gabinetes de Apoio ao Jovem Agricultor

- 1** Associação dos Jovens Agricultores de Portugal (sede)
Rua D. Pedro V, 108 - 2.º Andar, 1269 - 128 Lisboa, Tel.: 213 244 970
- 2** Gabinete de Coordenação Regional de Entre Douro e Minho
Rua do Convento, 21, 4485 - 662 Vairão (Vila do Conde), Tel.: 252 661 740
- 3** Associação Portuguesa de Agricultura, Floresta e Desenvolvimento Rural
Praça General Barbosa, n.º 85, 1.º, Sala 3, 4900-347 Viana do Castelo. Tel.: 258 847 101
- 4** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Terras de Bouro
Rua dr. Paulo Marcelino, 46, 4840-100 Terras de Bouro, Tel.: 253 356 089
- 5** Cooperativa dos Produtores Agrícolas do Concelho de Valongo
Rua D. Pedro IV, N.º 615-625, Susão, 4440 - 633 Valongo, Tel.: 224 219 160 / 224 220 089
- 6** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Baião
Ed. Adegas Coop., Quintela - Govê, 4640 - 272 Govê (Baião), Tel.: 255 552 945
- 8** Centro de Gestão Agrícola de Vale do Sousa
Av. dos Combatentes da Grande Guerra, Ed. Lousator, 4620 -141 Lousada, Tel.: 255 913 305
- 13** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Guimarães
Rua da Boavista, Quintá de Cima - Prazins, 4801 - 910 Guimarães, Tel.: 253 473 411
- 14** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Basto
Praça Albino Alves Pereira, 4890 - 225 Celorico de Basto, Tel.: 255 320 480
- 15** Associação de Agricultores de Ribadouro
Av. Gen. Vitorino Laranjeira, Ed. Golfinho, Lj S, S. Gonçalo, 4600-018 Amarante, Tel.: 255 431 403
- 16** Centro de Gestão Agrícola de Barcelos
Rua Dr. José Ant.º Peixoto Machado, 400, BL. A, Loja 1, 4750 - 309 Barcelos, Tel.: 253 824 543
- 17** Gabinete de Coordenação Regional de Trás-os-Montes
Rua dos Camilos (Casa do Douro), 5054 - 909 Peso da Régua, Tel.: 254 322 502
- 20** Assoc. para o Desenvolvimento Agrícola e Rural da Terra Fria - Monteval Av. 22 de Maio, Lote 3, R/C, B.º Forte S. João de Deus, 5300 - 449 Bragança, Tel.: 273 327 037
- 21** Centro de Gestão da Empresa Agrícola do Alto Douro
Rua Dr. César Ferreira, 3, 5070 - 045 Alijó, Tel.: 259 950 532
- 22** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Rebordelo
Av. do Brasil, N.º 8, 1.º, 5335 - 102 Rebordelo, Tel.: 278 369 348
- 23** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Mogadouro
Av. do Sabor, 41, Lote 2, 5200 - 204 Mogadouro, Tel.: 279 341 650
- 24** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Saldanha
R. Fonte do Paço, Ed. Maria da Fonte - 2º, Esc. 2, 5340 - 268 Macedo de Cavaleiros, Tel.: 278 425 756
- 25** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Alfândega da Fé
Av. Sá Carneiro, 5350 - 005 Alfândega da Fé, Tel.: 279 463 205
- 27** Cooperativa Agrícola de Alfândega da Fé
Av. Eng.º Camilo Mendonça, N.º 287, 5350 - 001 Alfândega da Fé, Tel.: 279 462 417
- 28** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Alijó
Rua Dr. César Ferreira, 3, 5070 - 045 Alijó, Tel.: 259 950 042
- 29** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Armamar
Praça da República, 18 - 1.º, 5110 - 127 Armamar, Tel.: 254 855 960
- 30** Centro de Gestão Agrícola da Beira Douro – Associação
Rua Eng.º Joaquim Botelho Lucena, Edifício Vilalva, Loja EO, 5000-586 Vila Real
- 31** Gabinete de Apoio Agrícola
Rua da Fonte do Paço, Edifício Maria da Fonte, 1.º C - 3, 5340 - 268 Macedo de Cavaleiros, Tel.: 278 425 737
- 32** Associação dos Produtores Agro-Florestais da Terra Quente
Av. Inf. D. Henrique, Ed. Translande 2º, Esc. 12, 5340-204 Macedo de Cavaleiros, Tel.: 278 421 698
- 33** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Valpaços
Largo da Feira, Edifício Sol Nascente, Loja 2, 5430 Valpaços, Tel.: 278 711 421
- 34** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Macedo de Cavaleiros
R. Fonte do Paço, Ed. Translande, R/C, Lj. 33, 5340-268 Macedo de Cavaleiros
- 35** Gabinete de Coordenação Regional da Beira Interior
Av. 25 de Abril, 151, 6440 - 111 Figueira de Castelo Rodrigo, Tel.: 271 312 139
- 38** Gabinete de Coordenação Regional da Beira Litoral
Centro Comercial e Residencial da Curia, Bloco O, Escritório 54, 3781-541 Tâmega, Tel.: 231 525 315
- 39** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor na Coop. Agrícola de Nelas
Av. da Liberdade, 3520 - 061 Nelas, Tel.: 232 949 539
- 40** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Ansião
Lugar de Lagoa Parada, 3240 - 673 Santiago da Guarda, Tel.: 236 679 037
- 41** Cooperativa Agrícola da Beira Azeiteira
Ed. Centro de Inic. Empresariais, Pq. Ind. Mel L. Ferreira, Lt. 12, 3450-232 Mortágua, Tel.: 231 927 470
- 42** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Anadia
Rua da Gatanha, Monsarros, 3780 - 563 Vila Nova de Monsarros
- 44** Gabinete de Coordenação Regional do Ribatejo e Oeste
Praceta Habijovem, Lote 141, Rch, 2005-167 Santarém, Tel.: 243 352 916
- 45** Cooperativa Agrícola da Serra d'El Rei
Rua 4 de Agosto, N.º 50, 2525-814 Serra d'El Rei, Tel.: 262 909 426
- 46** Balcão Rural de Abrantes
Rua D. Lopo de Almeida, Lote 81, R/C Dto., 2200 - 281 Abrantes, Tel.: 241 366 806
- 47** Balcão Rural de Foros de Salvaterra
Rua Imaculado Coração de Maria, N.º 179, 2120 - 188 Foros de Salvaterra, Tel.: 263 501 500
- 49** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Alenquer
Quinta de S. Paulo, Carapinha, 2580 - 377 Alenquer, Tel.: 263 711 012
- 50** Gabinete de Coordenação Regional do Alentejo
Bairro Novo da Bica, Edif. da Pré-Primária, 7940 Cuba, Tel.: 284 414 140
- 51** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Mértola
Casal Ventoso, Lote 1-9, 7750 Mértola, Tel.: 286 612 057
- 52** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor de Sousel
Rua da Amêndoa, N.º 13, 7470 - 230 Sousel, Tel.: 268 551 458
- 54** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Borba
Rua Convento das Servas, 7150 - 164 Borba, Tel.: 268 841 547
- 61** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor do Caia
Horta do Belhó, 7350-903 Elvas, Tel.: 268 626 668
- 62** Gabinete de Coordenação Regional do Algarve
Antiga Escola da Sambada, Sítio de Lagos e Relvas, 8000-673 Estoi Tel.: 289 994 581
- 63** FRUSOAL - Frutas Sotavento Algarve
Sítio das Cevadeiras, EN 125, 8900-907 Vila Nova de Cacela Tel.: 281 950 400
- 64** TAIPA - Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado do Concelho de Odemira, CRL
Travessa do Botequim, n.º 6 Tel.: 283 320 020 / 283 320 029
- 65** Gabinete de Apoio ao Jovem Agricultor em Ferreira do Alentejo
Avenida Gago Coutinho e Sacadura Cabral 7900 - 562 Ferreira do Alentejo
- 66** Associação dos Jovens Agricultores do Interior Centro
Avenida Heróis de Castelo Rodrigo Edifício do Ninho de Empresas 6440 - 113 Figueira de Castelo Rodrigo

